

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	13
1 O devido processo legal na persecução penal.....	17
1.1 A dimensão processual do devido processo legal na persecução penal....	17
1.2 A dimensão material do devido processo legal na persecução penal	23
1.3 O poder judiciário na persecução penal – magistratura “pró-indivíduo” .	29
1.4 O Ministério Público na persecução penal – magistratura “pró-sociedade”	37
1.4.1 Estruturação moderna do Ministério Público	37
1.4.2 Consolidação do Ministério Público brasileiro como magistratura “pró-sociedade”	40
1.4.3 Ministério Público e a crise do passado no presente	43
Notas	51
2 O princípio acusatório como norma constitucional	55
2.1 Princípio constitucional: força normativa.....	55
2.2 Breve configuração histórica do princípio acusatório na persecução penal.....	56
2.3 O princípio regente na persecução penal	58
2.3.1 Sistema ou princípio?	58
2.3.2 Critérios determinantes para a configuração do princípio regente da persecução penal.....	62
2.4 O princípio acusatório como aspecto material do devido processo legal.....	69
2.5 O princípio acusatório como garantia na persecução penal.....	74
2.5.1 O princípio acusatório como garantia da imparcialidade judicial ...	76

2.6 O princípio acusatório e a (ainda) necessária superação do paradigma inquisitorial	80
2.7 O princípio acusatório como norma constitucional de aplicabilidade imediata	82
Notas	84
3 O princípio acusatório e Ministério Público	89
3.1 O necessário controle externo da atividade policial	90
3.1.1 Controle quanto à instauração do inquérito policial.....	95
3.1.2 Controle quanto ao destinatário do inquérito policial	96
3.1.3 Controle quanto ao arquivamento do inquérito policial.....	99
3.2 Ministério Público e restrição cautelar de direito fundamental	105
3.3 O princípio acusatório e a promoção da ação penal pública	116
3.4 O princípio acusatório e o ônus processual: a “gestão probatória”	124
3.5 O Ministério Público como (de)limite na condenação	133
3.5.1 Delimitações na condenação: breve aporte no direito comparado ..	134
3.5.2 Delimitações na condenação: direito brasileiro.....	138
Notas	149
Considerações finais.....	155
Referências.....	161